

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Grupo de Trabalho – Formulários digitais na AT

---

**SÍNTESE 1/XIII/3.ª SL**

Aos onze dias do mês de abril de 2018, pelas 17:30 horas, reuniu o Grupo de Trabalho – Formulários Digitais da AT –, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados Cecília Meireles (CDS-PP) – Coordenadora do GT CBCCC -, Cristóvão Crespo (PSD), Carlos Silva (PSD), Ricardo Leão (PS), Paulino Ascenção (BE) e Paulo Sá (PCP), tendo como Ordem do Dia:

**ORDEM DO DIA**

**Fim do Plenário**

Audição com o Observatório Cívico de Contabilistas e com a Associação Nacional de Contabilistas

A Coordenadora do GT FDAT, Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), deu início à reunião passando a palavra ao [Observatório Cívico dos Contabilistas](#) e da [Associação Nacional de Contabilistas](#), que efetuaram apresentações iniciais, disponíveis na página da audição.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) manifestou-se a favor da iniciativa do CDS-PP, em nome do PSD, reiterando a convicção de que é um passo importante.

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) reconheceu que este é um problema que se verifica há já algum tempo e que há um desequilíbrio notório na relação entre o contabilista e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), estando aqueles sujeitos, inclusive, a responsabilidade criminal por determinados erros. Notou que esta iniciativa poderia ter sido apresentada na semana passada. Recordou que o Governo já prometeu reformular várias questões relacionadas com o calendário fiscal (existindo um Grupo de Trabalho entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Ordem dos Contabilistas Certificados), sendo esta uma delas.

O Senhor Deputado Paulino Ascenção (BE), declarando que nem sempre é possível reunir as devidas condições, apoiou as reivindicações apresentadas.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) manifestou a consciência de que este é um problema antigo. Defendeu que há um problema na relação da AT com as empresas e os contribuintes em geral e que é necessário entender se os dias para disponibilização dos formulários deverão ser 120, 90, 60, etc. Perguntou se os prazos deverão ser maiores apenas para o modelo 22 e para a Informação Empresarial Simplificada (IES) e recordou o acréscimo de custos para as empresas que resulta da disfuncionalidade subjacente aos motivos da iniciativa.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou que estas questões são levantadas todos os anos e que, a instância do PCP, o Governo, em 2017 (não o tendo feito em 2016), já reconheceu que havia problemas com o calendário fiscal. Notando que já colocou esta questão ao Ministro das Finanças numa audição regimental, defendeu que é necessário resolver esta questão de uma forma global e integrada e manifestou o desejo de que em breve se chegue a um novo calendário fiscal. Declarando não ser fácil, mas que o problema é suficientemente

## Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

### Grupo de Trabalho – Formulários digitais na AT

---

sério para ser resolvido, referiu que o ideal seria o calendário fiscal ser uma realidade em 1 de janeiro de 2019. Notou que às entidades convidadas que podem fazer chegar contributos a este GT mas também ao Governo.

O OCC considerou que o calendário fiscal está a ser utilizado para não resolver a questão, notando que este prazo, que entende como correto, não influencia as receitas fiscais. Aditou que 90% dos problemas estão relacionados com a não disponibilização atempada dos formulários. Referindo-se à questão colocada pelo PCP ao Governo, defendeu que o calendário fiscal serve para ocultar o verdadeiro problema.

A ANACO reiterou que este problema devia estar resolvido há muito tempo, esperando que o calendário fiscal resulte. Teceu considerações sobre os diversos tipos de declarações.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sustentou que a intenção do PCP é a de resolver globalmente todos os problemas, não só prazos mas também os relacionados com a entrega das declarações, questionando a OCC sobre qual o motivo para o anterior Governo não ter resolvido o problema.

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) subscreveu a intervenção anterior e perguntou para quais dos formulários são necessários os 120 dias, questionando se poderá haver maior flexibilidade para a IES, por exemplo, e se seria plausível uma prorrogação do prazo.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) referiu que as duas questões estão ligadas – os prazos fazem parte do calendário mas este pode ser revisto sem alterar prazos, não sendo o mesmo assunto.

O OCC afirmou que não pretendia criticar o PCP, notando que o Governo não fala em disponibilização atempada quando menciona o calendário fiscal, aditando que este não é o prioritário. Defendeu que não se devem distinguir declarações anuais de mensais, dado que algumas destas são bastante complexas.

A ANACO afirmou que as declarações anuais precisam de mais tempo, notando que o mesmo se passará com as mensais se forem alteradas

A Coordenadora do GT agradeceu, novamente, a presença do OCC e da ANACO e os agradecimentos prestados.

Não tendo sido suscitados outros assuntos, a reunião foi encerrada pelas 19:35 horas, dela se tendo lavrado a presente síntese.

A audição está disponível na [página da audição](#).

Palácio de São Bento, 11 de abril de 2018